

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
FACULDADE DE LETRAS



DOI: [https:// dx.doi.org/10.14195/1647-8657_37_19](https://dx.doi.org/10.14195/1647-8657_37_19)

ISSN: 0084-9189

CONIMBRIGA



VOLUME XXXVII – 1998

INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

Pilar CIPRÉS, *Guerra y Sociedad en la Hispania Indoeuropea*. Vitoria-Gasteiz, 1993. 220 p. ISBN: 84-7585-457-5

Louve-se, em primeiro lugar, a actividade editorial da Universidade do País Basco, no âmbito da História Antiga. Na verdade, em ~~torno~~ do projecto da *Veleia*, a / torno revista “oficial” do Instituto de Ciências da Antiguidade, criaram-se séries de “anexos”, que têm vindo a dar guarida, por exemplo, às teses de doutoramento ali defendidas. Assim se vê a vantagem de cada Universidade ter o seu Serviço Editorial.

Este livro de Pilar Ciprés é, pois, uma versão aperfeiçoada da sua tese de doutoramento.

Que se poderá esperar duma obra com este título? Uma definição de “guerra”, uma definição de “sociedade”, o esclarecimento do que se entende por “Hispania indoeuropeia” e como é que o dinamismo social - com o seu cortejo de interesses económicos, territoriais, ideológicos - levou ao conflito armado. Finalmente: que resultou deste conflito?

Assina o prólogo Juan Santos Yanguas, o orientador do trabalho. E o prólogo é, ele próprio, a recensão da obra, na medida em que, em termos muito claros e sucintos, dá conta da importância da pesquisa levada a efeito. Pesquisa que partiu da análise, com outros olhos, das fontes literárias sobre que assentava o nosso conhecimento dos povos pré-romanos e do seu comportamento face ao invasor. Dávamos, quiçá, demasiado relevo ao que os autores clássicos nos transmitiram. E será que eles nos transmitiram uma realidade ou uma ficção? Uma imagem literária mais do que uma descrição objectiva?

A primeira parte do volume intitula-se “As fontes clássicas e a valorização da guerra”; a segunda, “A guerra e a sociedade indígena”.

Começa-se por reflectir acerca do “carácter belicoso” dos bárbaros ocidentais, na perspectiva romana; a visão negativa que deles se procura dar, na medida em que se tomava / ~~tomava~~ necessário justificar, de algum modo, a intervenção militar. Os métodos de combate, os hábitos guerreiros eram próprios de gente “não-civilizada” - daí que a acção romana, ainda que baseada, uma vez por outra, na falsidade, no estratagema pouco lícito, se justificasse cabalmente perante um inimigo que não merecia consideração.

Cinge-se Pilar Ciprés a dois “povos”: os Celtiberos e os Lusitanos. Caracteriza-os ~~escalpelizar~~ / ~~detém-se em~~ ~~escalpelizar~~ cuidadosamente os “fundamentos culturais e a mentalidade” de cada um deles, designadamente no que concerne às práticas rituais e aos ideais guerreiros.

Dos Celtiberos analisa a organização militar, sublinhando a sua componente social: a juventude, “os nobres”, o “chefe”...

Quanto aos Lusitanos, prende-lhe muito a tenção a imagem hostil que os textos clássicos deles deixam claramente transparecer. E interroga-se do porquê dessa apresentação dos Lusitanos como ladrões, bandos de salteadores que descem das montanhas, atacam de surpresa e fogem. Corresponderá esta visão à verdadeira realidade?

Buscando paralelos nos modelos literários da época, Pilar Ciprés acaba por concordar com a hipótese de que esta imagem negativa servia e justificava a política, digamos, “imperialista” de Roma. No entanto, esclarece, esta “descrição dos povos conquistados não pode considerar-se exclusivamente uma deformação, mas também como uma representação construída segundo as pautas do conhecimento etnográfico e de um ponto de vista etnocêntrico baseado no modelo cultural greco-romano”, que preconiza uma evolução em que se “concebe o ideal da cidade como a forma mais perfeita de organização social” (p. 173).

A ameaça militar romana determinou o aperfeiçoamento das táticas guerreiras de Lusitanos e Celtiberos, o que, “aliado ao interesse da historiografia antiga em mitificar a ferocidade e o poder de resistência destes povos”, contribui decisivamente para realçar o seu carácter extremamente belicoso. E a conotação negativa com que tudo isso se apresenta nada mais é do que a resultante da inadequação da guerra bárbara aos modelos de uma guerra “clássica” (p. 174). Daí que os Lusitanos sejam bandidos, “inimigos da ordem social”, pois se dedicam à pilhagem como forma de obtenção de bens; não lutam por um ideal bélico, praticam o *latrocinium*; por isso, eles habitam algures nas montanhas e não se organizam em cidades - e isto é aceitável dentro da mentalidade romana. E a guerra surge, então, como corolário natural: “há que conseguir a pacificação e o domínio das populações indígenas mediante a sedentarização” (p. 178).

Nesse âmbito, assume particular relevo a figura do chefe e Viriato aparece descrito num misto de “realidade histórica e de recriação historiográfica” (p. 178). No fundo, se calhar, ele é quase o “chefe ideal”, a encarnação *avant la lettre* do “bom selvagem”, que personifica “todos os valores que parecem estar ausentes da sociedade romana de finais da República”: “protector e salvador dos seus soldados, justo e generoso ao repartir os despojos” (p. 179).

Não é livro de leitura fácil, tão densas são as suas páginas e tanta a informação que veiculam. Mas vem clarificar, com dados seguros, as ideias que por aqui e por ali se sugeriam sem demonstração cabal. Esse, o seu grande mérito, numa época em que, de novo, se encara a Antiguidade Clássica com um olhar perspicazmente crítico: não interessa apenas o que se disse e como se disse, há que interrogar-nos seriamente sobre os motivos que estão subjacentes a essa informação.

Gostáramos de ver citados na bibliografia mais alguns autores portugueses. Mas é dificuldade que, nos últimos anos, com o maior intercâmbio entre os investigadores peninsulares, pouco a pouco deixará de existir. A bibliografia, que ocupa as páginas 183-193, afigura-se-me bastante completa. Diria apenas que a indicação “Vila de Maia” (p. 188) alusiva ao II volume reimpresso das *Religiões da Lusitânia* de José Leite de Vasconcelos (que, diga-se, deveria vir alfabetado em Vasconcelos e não em Leite) se refere à tipografia e não à editora, que é a Imprensa Nacional - Casa da Moeda, de Lisboa. A génese do “mito” de Viriato foi, entre nós, recentemente examinada por Carlos

Fabião e Amílcar Guerra num artigo inserto na revista *Penélope* (8 1992 p. 9-23), a que, obviamente, Pilar Ciprés não pôde ter acesso; e, aliás, os mesmos investigadores apresentaram, a 7 de Julho de 1997, nos IV Cursos Internacionais de Verão de Cascais, Viriato / uma conferência intitulada “~~Vinato~~: em tomo da iconografia de um mito” (a publicar nas respectivas actas), onde se analisou “o processo de constituição do mito de ~~Vinato~~ / Viriato como herói nacional português, confrontando-se com as fontes antigas que se lhe referem”. Trata-se, na verdade, de uma outra abordagem do mesmo tema, agora do ponto de vista do nacionalismo militante.

O livro de Pilar Ciprés é o que o seu título indica: a ^{guerra} ~~guerra~~, a sociedade que a pós-guerra/ viveu. Há o instante seguinte: o pós-~~guerra~~, a aculturação, a interpenetração de culturas e ideologias. Haverá, com Sertório, como Félix García Morá dirá, um outro episódio (*Un Episodio de la Hispania Republicanas: la Guerra de Sertorio*, Granada, 1991). Mas essas são outras histórias que não vinham ao caso agora. Pilar Ciprés quis deter-se no momento inicial - e dele nos transmitiu a imagem de que, na verdade, andávamos carenciados. Os circunstanciados índices (de fontes literárias, onomástico e de divindades, geográfico, etnográfico, *rerum*) contribuem para uma consulta eficaz.

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO